



Cassi é para cuidar da saúde!

Objetivo não deveria ser a acumulação de recursos, mas diretoria apresenta balanço 2020 vangloriando-se de superávit

A diretoria da Cassi apresentou o Balanço 2020 aos associados, vangloriando-se do superávit acumulado, como se fosse o balanço de um banco, não de um plano de assistência à saúde. Os números mostram, no entanto, que o aporte extra de R\$ 1 bilhão de recursos pelo patrocinador (Banco do Brasil) ao final de 2019, o novo modelo de custeio, negociado pelas entidades representativas e aprovado por 2/3 dos associados, o aumento das contribuições mensais dos associados e a cobrança por dependente, com a contrapartida de contribuições do banco relativas aos dependentes de funcionários da ativa são os responsáveis pelo

o superávit do Plano Associados. O resultado positivo de 2020 se deve, também, à queda vertiginosa da utilização dos serviços da Cassi durante o ano.

“Em decorrência da pandemia, milhares de associados ficaram receosos de se contaminar ao acessar hospitais, clínicas e consultórios. Por isso, deixaram de marcar ou adiaram exames, consultas e internações eletivas, o que, no futuro, pode agravar o quadro de enfermidades e resultar em aumento das despesas”, explicou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

Em 2020 houve redução de 39%

nas internações hospitalares, de 21% nos procedimentos cirúrgicos, 14,5% nos exames ambulatoriais e 32% nas consultas presenciais. Efeitos do pânico provocado pela Covid-19. No Plano Associados, a arrecadação aumentou de R\$ 2,99 bilhões para R\$ 3,26 bilhões no período. Apenas de coparticipação o Plano Associados arrecadou R\$ 167 milhões em coparticipação dos associados e R\$ 691 milhões pelas contribuições por dependentes. Enquanto, isso as despesas se mantiveram estáveis em R\$ 2,37 bilhões, apesar de a inflação médica ter crescido.

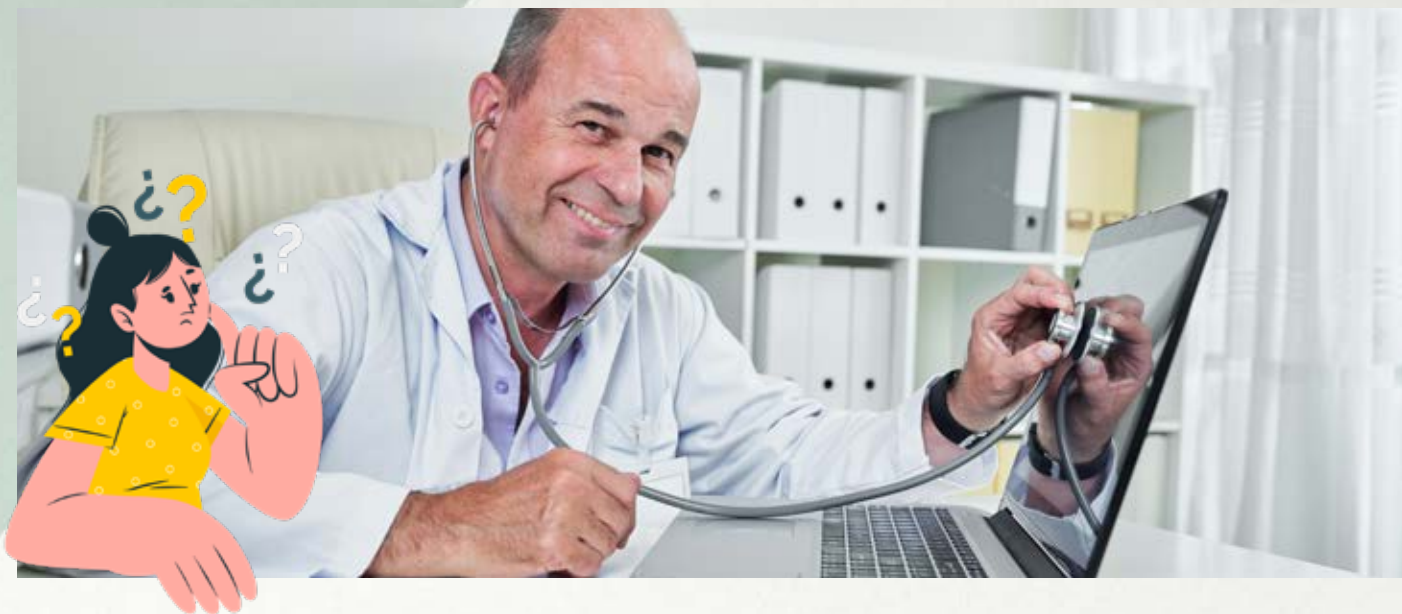
Domínio do banco na Cassi gera gestão financista

O coordenador da CEBB, João Fukunaga avalia que, nas duas últimas eleições da Cassi, os associados escolheram diretores e conselheiros que se mostram submissos aos interesses do Banco do Brasil. “Não é possível identificar quem representa o BB e quem representa os associados”.

Para Fukunaga, ao dominar a totalidade da gestão da Cassi, o banco faz uma gestão financista, com o objetivo de reduzir encargos do banco e onerar os associados. “Cortou o fornecimento de medicamentos de uso contínuo para doentes crônicos, aumentou a coparticipação sem consulta aos associados, tentou criar um novo plano com direitos reduzidos para os futuros funcionários e, agora, pretende implantar a telemedicina como solução definitiva de atenção à saúde”, exemplifica.



Telemedicina é paliativo



A Cassi implantou a telemedicina como alternativa de atendimento durante a pandemia. A medida vale como solução paliativa, mas não pode ser adotada como solução definitiva, pois entra em choque com a Estratégia Saúde da Família (ESF), adotada pelos melhores e mais modernos sistemas de saúde do mundo.

A ESF foi, inclusive, indicada por consultorias especializadas contratadas pela própria Cassi, como a Accenture, que atestou o ESF como melhor estratégia de redução de custos. O paciente é acompanhado de maneira permanente por equipes disponíveis nas CliniCassi ou médicos referenciados e só é encaminhado a especialistas em caso de necessidade. As despesas caem e a atenção à saúde melhora.

A telemedicina adotada pela Cassi é terceirizada e pode, ao longo

do tempo, aumentar as despesas e comprometer a continuidade do atendimento. A diretoria da Cassi defende o modelo sem demonstrar preocupação com a solução dos problemas de saúde dos associados.

“Vale ressaltar que planos de saúde privados têm utilizado a telemedicina como acessória a uma política de prevenção de saúde”, observou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. “Não somos contrários a telemedicina, mas ela deve ser parte integrante ao ESF. Por isso, defendemos uma campanha de conscientização da importância do cuidado da saúde e da prevenção e não tratamentos paliativos que oneram muito mais a Cassi”, completou.

Queremos redução da coparticipação e mais medicamentos

Como a situação financeira da Cassi está equilibrada, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e demais entidades representativas reivindicam a redução dos percentuais de coparticipação anteriores a 2019, revogando a decisão unilateral tomada pela diretoria da Cassi. “Não faz sentido continuar penalizando aqueles que mais precisam dos serviços médicos”, disse Fukunaga.

A Contraf-CUT também defende a ampliação do fornecimento de

medicamentos de uso contínuo, alguns deles de alto custo, para garantir tratamento adequado para todos.

“Estas duas medidas demonstrariam que a diretoria da Cassi está efetivamente preocupada com os associados, e não só com os números do balanço”, concluiu o coordenador da CEBB.

